

Os promotores da democracia e a mídia ocidental nas eleições de 2021 em Uganda

Via [ROAPE](#)

Nos últimos meses, a mídia ocidental e o meio acadêmico colocaram um foco sem precedentes, e um pouco desconcertante, nas eleições gerais de 2021 em Uganda. A fonte exata do interesse bastante desordenado permanece um pouco confusa. A principal questão em jogo, porém, é a ditadura militar de Yoweri Museveni, vestida com roupas civis durante 35 anos ininterruptos. Como um ritual de rotina, Museveni pretende buscar legitimação a cada cinco anos através de eleições, que dificilmente são livres, justas ou confiáveis. Este tem sido o caso desde pelo menos 2001, quando Museveni enfrentou pela primeira vez um sério desafio à sua permanência no leme, um desafio de muito perto – um membro interno e até então membro do status quo, Kizza Besigye, ousou dar um passo adiante para enfrentar Museveni e testar sua crença retórica na democracia.

Nas eleições de 2021, muitos entre a comunidade de defensores e ativistas “pró-democracia” na África encontraram motivos para apoiar aberta e proativamente o principal desafiador de Museveni para a presidência, o popstar e membro do Parlamento Robert Kyagulanyi, mais popularmente conhecido como Bobi Wine. Quero argumentar aqui que a obsessão com Bobi Wine é problemática, pois não consegue compreender as condições complexas em torno da permanência de Museveni no poder e o assustador dilema de libertar o país das garras firmes de um governante cuja principal fonte de poder é a bala e não a cédula.

Expondo as pretensões democráticas de Museveni

Desde que ele conquistou o poder como líder do segundo grupo

rebelde pós-colonial africano de sucesso, depois de Hissen Habre no Chade, Museveni afirmou repetidamente que lutou a guerra de 1981-1986 para restaurar a governança democrática e o respeito aos direitos humanos. Nos anos iniciais de seu governo, pelo menos até meados dos anos 90, ele idealizou reformas modestamente progressistas que deram voz aos cidadãos através da participação política local e de uma forte responsabilização pública. Museveni projetou-se como um “presidente de segurança” que tinha transformado fundamentalmente o papel das forças armadas de predatório em protetor, de fonte de insegurança em garantidores de segurança de pessoas e bens.

No essencial, as credenciais democráticas de Museveni pareciam confiáveis e convincentes para os ugandenses e estrangeiros precisamente porque ele ainda não havia sido testado. Os atores políticos e diplomáticos ocidentais o viam como representante da “nova raça de liderança africana” e como um “farol de esperança” para o continente [1]. Tudo parecia cor-de-rosa e tranquilizador até que Museveni enfrentou um verdadeiro teste de suas credenciais democráticas quando o país voltou à condução de eleições gerais em 1996, dez anos depois que ele chegou ao poder. Nesta primeira vez de perguntar, ele teve uma viagem relativamente fácil, pois ainda desfrutava de ampla boa vontade e apelo popular em grande parte do país, exceto no norte de Uganda, afetado pela guerra. O teste mais difícil estava por vir.

Foi durante as eleições de 2001, e os ciclos eleitorais subsequentes em 2006, 2011 e 2016, que Kizza Besigye expôs plenamente as pretensões e promessas ocas de Museveni de um reformador e progressista em exercício que tinha recebido aplausos das capitais ocidentais. Em 2001, Museveni recorreu à brutalidade estatal e a todo tipo de maquinações desleais para vencer o surpreendente desafio de seu antigo médico pessoal e membro sênior do gabinete. A partir de 2001, a violência organizada pelo estado e a repressão flagrante contra partidos

e políticos da oposição se tornaram o sustentáculo do cenário eleitoral de Uganda[2].

Tendo-o servido a um nível pessoal muito próximo, parece que Besigye havia formado uma conclusão precisa das intenções e predisposições de Museveni. Fiel à previsão de Besigye, Museveni elaborou um duvidoso processo de emenda constitucional em 2005 que incluiu a remoção dos limites do mandato presidencial para lhe dar a liberdade de governar pela vida. O único outro obstáculo constitucional restante, o limite de 75 anos de idade, também foi expulso da constituição em 2017 de uma forma que incluiu cenas violentas no Parlamento quando os militares invadiram a Câmara para prender os oponentes à emenda.

O deslizamento constante de Museveni

Ao longo dos anos 2000 e 2010, a mídia ocidental e pelo menos algumas seções da academia, ou pintaram uma imagem positiva ou, na pior das hipóteses, mantiveram um interesse muito brando no aprofundamento do regime autoritário de Museveni. Com exceção de algumas poucas empresas de mídia que tradicionalmente informam sobre a África e, portanto, têm escritórios nas capitais africanas, não foram muitos os meios de comunicação ocidentais que se interessaram pelos ataques perversos de Museveni a seus oponentes e pela erosão grosseira das instituições democráticas em sua singular busca de governar pela vida.

De sua parte, os acadêmicos ocidentais escreveram frequentemente sobre as vitórias eleitorais de Museveni como se fossem comprovadamente confiáveis e indiscutíveis. Por exemplo, após as eleições de 2011 nas quais Museveni literalmente invadiu o tesouro nacional para comprar sua maneira de permanecer no poder, o que levou ao quase colapso da economia de Uganda sob o peso da inflação, dois acadêmicos sediados nos Estados Unidos escreveram um artigo extravagante, mas extremamente falho, publicado no respeitado Journal of

Modern African Studies, argumentando que o dinheiro não importava nas eleições!^[3] O fenômeno pós-eleitoral, de fato, ampliou a importância do dinheiro para garantir a permanência contínua de Museveni no poder. Uma eleição que havia passado com poucos incidentes produziu uma atmosfera explosiva pós-eleitoral durante a qual Museveni enfrentou seu primeiro desafio mais difícil nas ruas.

Os gastos excessivos nas eleições de 2011, um fato que pode ter embelezado e sanitizado a vitória eleitoral de Museveni, mas destruiu a economia, provocou uma inflação desenfreada e profundas dificuldades econômicas que alimentaram os protestos de rua. Desconfiado e nervoso sobre um possível contágio e cascata da “Primavera Árabe” do Norte da África, onde Zine El Abidine Ben Ali, Hosni Mubarak e Muammar Gaddafi foram todos depostos em rápida sucessão e circunstâncias humilhantes, Museveni rapidamente convocou toda a força do arsenal coercitivo do Estado para derrotar o movimento de protesto “Caminhada ao Trabalho”.

O método e o tema do movimento de protesto foi simples, mas inovador: ele procurou afirmar o direito básico e fundamental de caminhar para o trabalho, já que as pessoas não podiam pagar o transporte diante dos altos preços dos combustíveis e das condições financeiras desastrosas. A líder da oposição Kizza Besigye era a “caminhante chefe” e o principal alvo da repressão estatal. Em um encontro com a polícia e os militares, ela foi atingida pela cegueira parcial, a ponto de precisar de evacuação médica imediata para a capital queniana, Nairóbi.

Dos protestos da Caminhada ao Trabalho em 2011, o cenário político de Uganda deteriorou-se muito rapidamente com o regime de Museveni ficando cada vez mais repressivo, e o engajamento político tornou-se claramente conflituoso e menos construtivo. O contínuo mal-estar político de Uganda é uma consequência do colapso do consenso mínimo de elite forjado no início dos anos 90 e estabelecido na constituição de 1995. O

colapso deste consenso resultou, em parte, dos movimentos arrogantes de Museveni para eliminar algumas das disposições cruciais da Constituição, principalmente o limite de elegibilidade presidencial. Seu foco singular em governar pela vida gerou gradualmente um confronto político endurecido, tornando assim as disputas eleitorais binários sobre defendê-lo versus derrotá-lo. Cada eleição é um referendo sobre sua permanência contínua no leme e não tanto uma disputa sobre política e programas.

Neste ambiente político conturbado, particularmente a partir do início dos anos 2000 até 2019, o principal líder da oposição, Besigye, sofreu enorme sofrimento pessoal nas mãos da polícia, durante muito tempo comandada por um chefe de polícia altamente partidário, o General Kale Kayihura, arrancado dos militares para liderar a permanência de Museveni no poder usando o arsenal coercitivo do Estado. O julgamento e as provações de Besigye, que se estenderam por duas décadas, raramente atraíram o tipo de interesse da mídia ocidental, como vimos ao longo do último ano, mais ou menos. Além do mais, raramente vimos acadêmicos ocidentais falando assiduamente e agressivamente “em solidariedade” com aqueles nas trincheiras contra o governo brutal de Museveni, como eles tão vigorosamente afirmaram estar fazendo na fase atual em que o Bobi Vine é a atração singular e a principal fonte de interesse.

A posição pouco convicta e frequentemente aprovadora do Ocidente em relação ao governo de Museveni deriva de sua posição favorável no Pentágono como um aliado inestimável na guerra contra o terror, especialmente contra a propagação de ameaças islamistas percebidas sob a tutela de Omar al-Bashir, do Sudão, e, é claro, a situação na Somália. Ele também foi visto por muito tempo como um excelente estudante do neoliberalismo e do Consenso de Washington, que empreendeu reformas profundas, tornando a economia de Uganda indiscutivelmente a mais liberalizada e privatizada da África.

0 fetiche de Wine

Em contraste, Bobi Wine tornou-se um fetiche, valorizado e sensacionalizado de formas que traem uma compreensão ahistórica do cenário político de Uganda, e de certa forma contraproducente, se bem que antitético, para a luta contra o governo de quase quatro décadas de Museveni. De repente, os acadêmicos que sempre menosprezaram a severidade do autoritarismo grosseiro de Museveni agora vêem o regime como nada menos que brutal, merecendo uma denúncia inequívoca e sendo deposto de uma forma ou de outra. Dentro dos círculos acadêmicos ocidentais, alguns que antes argumentavam que Museveni era genuinamente popular e tinha “vencido” as eleições apesar das alegações de fraudes, se viraram para denunciar o resultado das eleições deste ano em termos muito fortes. No entanto, não há muita diferença qualitativa entre a conduta de Museveni desta vez e os ciclos eleitorais anteriores.

Muito notavelmente, uma enxurrada de defensores e promotores da democracia na África tem trabalhado duro nas ruas do Twitter e do Facebook, exortando seus respectivos governos de origem na Europa e na América do Norte a denunciar os excessos de Museveni, a emitir declarações duras e a tomar uma posição dura contra ele. Sem querer, alguns acadêmicos e ativistas participaram na divulgação de informações equivocadas/desinformadas provenientes dos fãs de Bobi Wine, em um caso, retweetando uma foto das eleições de 2016 para mostrar como o voto estava sendo roubado em 14 de janeiro de 2021!

Em uma “demonstração de solidariedade” particularmente instrutiva, eles desafiaram seus governos e embaixadas em Kampala para, literalmente, ordenar a Museveni que levantasse o cerco militar/policial sobre a casa de Wine, que foi efetivamente colocada sob prisão domiciliar na noite das urnas. Esta proposta de seus governos emitindo algum tipo de ordem a Museveni para se comportar e deixar o poder,

aparentemente tira da justificativa de que Museveni é um beneficiário líquido da ajuda externa ocidental que deveria ser retido por seus benfeitores em face de ugandenses supostamente indefesos. Isto, é claro, é extremamente problemático em muitas frentes.

A dependência de Museveni da ajuda ocidental diminuiu ao longo dos anos, mesmo quando o tenor repressivo de seu governo se manteve estável ou até mesmo se acelerou. Desde o início dos anos 90, quando seu governo dependia esmagadoramente do financiamento dos doadores, o governo de Museveni melhorou a arrecadação de receitas internas, mas também diversificou a dependência da ajuda externa para incluir a China e o Japão e não apenas o Ocidente tradicional. De qualquer forma, por que se justifica moralmente usar a ajuda como base para pressionar Museveni hoje e não há 10 anos é uma questão em aberto, mas no mínimo mostra algo não correto com a atual urgência de “salvar” Ugandenses de um governante de longa data.

No esquema mais amplo das coisas, o argumento da ajuda assenta em uma base normativa e empírica decididamente instável. Primeiro, é falho assumir que a ajuda das potências ocidentais é um gesto benevolente e altruísta, livre de interesses estratégicos e auto-serviços dos benfeitores. A ajuda não é e nunca foi um recurso puramente caridoso. É verdade que existem nações e governos (como os países escandinavos) que desembolsam recursos de ajuda com pouco interesse nacional claro e aparente, mas mesmo nesta categoria sabemos que a indústria da ajuda tem suas próprias lógicas e dinâmicas de auto-reforço que têm pouco a ver com os objetivos oficialmente declarados. Por mais irônico que possa parecer, a ajuda à África tem crescido e se tornado um negócio e uma profissão que opera com um poderoso ciclo de feedback impulsionado por interesses e ambições que são externos aos ostensivos beneficiários da ajuda.

Em segundo lugar, a suposição de que a alavancagem da ajuda exercida pelas potências ocidentais pode ser usada para

influenciar o comportamento e as ações dos governantes em exercício vai contra o quadro empírico insalubre de abordagens semelhantes no passado recente. Como Jimi Adesina e seus co-autores argumentaram neste site, a experiência e as lições das condicionalidades do Ajuste Estrutural deveriam nos desabafar sobre a fé em reformas políticas exigidas externamente, porque esta abordagem ou produz apenas resultados superficiais ou tende a cair por terra. É também um ataque gritante à existência soberana de um povo.

Resistir e derrotar um governante autoritário entrincheirado como Museveni não é uma caminhada na floresta e não é redutível ao decreto de pressão das potências ocidentais, alimentado pela mídia e pelos promotores da democracia. As forças e o combustível que podem prudentemente derrubar Museveni, de forma a avançar a causa da verdadeira democracia e liberdade, devem necessariamente evoluir e emergir de Uganda e entre os ugandenses. O papel superdimensionado dos agitadores externos, bastante hipócrita em muitos aspectos, de fato pode funcionar para prejudicar do que ajudar na luta pela libertação de um sistema de governo decadente, moribundo e personalizado, que agora se desloca para o quarto andar.

Ao fazer o tema da eleição de janeiro sobre Bobi Wine como pessoa, e não o que está em jogo criticamente para Uganda e ugandenses, os ativistas da mídia ocidental e da democracia entregaram a Museveni uma ferramenta útil para difamar e desacreditar Wine, retratando-o como nada mais do que um agente de interesses estrangeiros, uma frente para os mesmos velhos interesses imperiais que procuram enfraquecer a África, Museveni alegou repetidamente. O próprio Wine tendia a prestar confiança às acusações de Museveni, apelando abertamente ao público ocidental e chafurdando sem críticas no glamour do sensacionalismo e esplendor da mídia ocidental. Na véspera das pesquisas de janeiro, por exemplo, ele lamentou a recusa do governo ugandense de credenciar jornalistas e observadores eleitorais estrangeiros. É difícil perceber por que ele sentiu

que uma eleição livre e justa em Uganda dependia da presença de pessoal da mídia estrangeira e de observadores eleitorais. Uma eleição em um país como Uganda não é necessariamente manipulada no dia das eleições!

Obviamente, Museveni tem credibilidade e autoridade moral zero para acusar seus desafiadores de trabalhar com e se beneficiar de atores ocidentais, pois de fato ele tem sido um agente líder de interesses estrangeiros não apenas em Uganda, mas no continente. A questão aqui é que a agitação e a pressão externas podem parecer um ingrediente benigno e bem-vindo para derrubar um ditador descarado; na prática, no entanto, pode ajudar a mobilização nacionalista e o jingoísmo precisamente a serviço da consolidação da ditadura, como aconteceu no Zimbábue quando Robert Mugabe cavou mais fundo para se agarrar por tanto tempo.

Para que lado Uganda

Para os “amigos” da África que querem fazer avançar a democracia e a liberdade, que querem “ajudar” as forças que lutam contra um governante autoritário fugitivo como Museveni, o ponto de partida é pegar as lições da história. A mudança de regime instigada externamente é uma negociação difícil, pois tende a não acontecer da maneira esperada e muitas vezes leva a resultados arriscados. Depois de 35 anos no poder, Museveni levou Uganda por um caminho perigoso. Trazer mudanças significativas não é tão simples quanto perseguir um autocrata e instalar uma nova figura messiânica com um apelo populista. Também é errado construir figuras da oposição como anjos que encarnam a democracia e que merecem um abraço acrítico. Ver Museveni como um ditador diabólico e seus opositores como democratas angelicais é uma dicotomia enganosa. As figuras da oposição ‘pró-democracia’ de hoje podem facilmente se transformar nos governantes autoritários de amanhã.

Uganda é uma sociedade profundamente complexa do ponto de vista social. Nunca é demais enfatizar a enormidade dos

problemas socioeconômicos do país e a crise de sua política. Pode ser um trabalho mais fácil derrubar Museveni em um processo popular, mas é uma tarefa hercúlea para forjar uma nova Uganda de paz e prosperidade. A questão não é apenas a de salvar os ugandenses de um ditador impiedoso, como os promotores da democracia ocidental parecem inclinados, mas também a de entender como uma Uganda pós-Museveni pode ser perseguida de forma viável e implementada com prudência. Aqui, o jornalista ocidental, o acadêmico, o defensor e ativista da democracia, o diplomata e o político precisam fazer uma pausa e apreciar que uma parceria de princípios com os ugandenses pode ajudar, mas o velho paternalismo não o fará. A agência dos ugandenses é o que pode fazer uma diferença verdadeira e duradoura.

Para os atores estrangeiros que estão genuinamente preocupados e atiçados pela liberdade e libertação dos ugandenses que sofrem, proponho mais humildade e menos arrogância. Uganda está em uma grave encruzilhada política e a possibilidade de desintegração social é real. O tecido social do país é frágil. O crescimento da juventude apresenta uma tarefa assustadora. Os conflitos fundiários são facilmente a mais importante fonte de desarmonia social e violência. A experiência democrática do país exige um repensar total. Para começar a enfrentar estes e outros problemas endêmicos, o país precisa urgentemente de uma conversa franca e concertada para virar a esquina da má administração de Museveni, para reimaginar uma nova Uganda.

O país quer se livrar da confusão de Museveni, mas Museveni também precisa ser libertado de sua própria armadilha de poder. Há uma negociação delicada e difícil a ser conduzida aqui. Precisa de reflexão e perspicácia, não apenas slogans extravagantes e pressões estrangeiras. As perspectivas de se forjar uma Uganda pós-Museveni a qualquer momento em breve podem muito bem ser subcotadas por ações de atores estrangeiros excessivamente zelosos e prepotentes. Não há varinha mágica de uma figura popular que facilmente varrerá

Museveni sem os esforços de forças coerentes, coordenadas e combinadas de busca de mudanças dentro do país.